

Processos de escolarização na educação ribeirinha: reflexões sobre a realidade do ensino remoto de alunos residentes na ilha Murutucu no município de Belém do Pará

Schooling processes in riverside education: reflections on reality of remote teaching for students living in the Murutucu island in the municipality of Belém do Pará

Jamille Miranda do Nascimento
Universidade Federal do Pará
Belém - Brasil

Maria Clara Pampolha de Carvalho
Márcia Cristina Lopes e Silva
Instituto Federal do Pará
Belém - Brasil

Resumo

O presente estudo tem como objetivo analisar o processo de escolarização, durante o ensino remoto, de alunos ribeirinhos que frequentam escolas urbanas. Para isso, utilizou-se como metodologia a pesquisa de campo exploratória com abordagem qualitativa, por meio de entrevistas com sete estudantes, cinco pais/responsáveis, três gestores e dois professores, além de pesquisas em repositórios, livros e artigos, a fim de coletar dados como objeto de análise para interpretação e sistematização dos dados. No referencial teórico, discutem-se as ideias de Santos (2021), Reis & Leal (2021) e Caldart (2003), visto que contribuíram para o entendimento de que a falta de políticas adequadas, para esse público, ocasionou a dificuldade de acesso aos conteúdos e a evasão escolar.

Palavras-chave: Educação ribeirinha; Escolarização; Ensino remoto.

Abstract

The present study aims to analyze the schooling process, during remote teaching, of riverside students who attend urban schools. Exploratory field research with a qualitative approach was used as a methodology, through interviews with seven students, five parents/guardians, three managers and two teachers, in addition to research in repositories, books and articles, aiming to collect data as an object of analysis for interpretation and systematization of data. In the theoretical framework, the ideas of Santos (2021), Reis & Leal (2021) and Caldart (2003) are discussed, as they contributed to the understanding that the lack of adequate policies, for this public, caused the difficulty of access content and school dropout.

Keywords: Riverside education; Schooling; Remote teaching.

Introdução

Segundo Pires (2012), a educação rural surgiu com o objetivo de formar mão de obra qualificada para o trabalho na agricultura. Desse modo, possuía o intuito de reduzir o êxodo rural que iniciara por volta dos anos 1910/1920. Época concomitante ao processo de industrialização que, dentre outros aspectos, acreditava-se que proporcionaria melhor qualidade de vida nas regiões urbanas. Portanto, com a intenção de manter as pessoas nas áreas rurais, escolas foram construídas nesses espaços.

Machado (2017) afirma que, nessa conjuntura, o aumento do fluxo de migração foi entendido como um problema, pois se considerava que a grande quantidade de pessoas analfabetas, nos centros urbanos, atrapalhava o desenvolvimento do país. Dessa forma, a educação rural (planejada na cidade e executada no campo) foi aplicada como estratégia para conter o fluxo migratório. No entanto, à medida que a industrialização se intensificava, mais pessoas deslocavam-se para o espaço urbano. Nesse contexto, segundo Carmo (2020), o auge do êxodo rural aconteceu a partir de 1960. Fato que causou uma consequência lógica: a redução cada vez maior no número de matrículas nessas escolas. Diante disso, com o argumento de necessidade de redução de custos, fecharam-se muitas escolas do campo, obrigando estudantes a saírem de perto de suas casas para percorrerem longos trajetos até as escolas nos espaços urbanos.

Contemporaneamente, na ilha Murutucu, acessível somente por meio fluvial, há somente uma escola, que oferta da educação Infantil até o 5º ano, sendo administrada pela prefeitura do Acará. Segundo Igreja (2016), essa realidade se assemelha a de outras ilhas que foram apropriadas de forma eleitoral e administrativa por outros municípios. Logo, a ilha Murutucu, ao ser apropriada pelo município do Acará, passa a ter uma escola administrada por essa prefeitura. Tempos depois, este território é reconhecido como parte do município de Belém, mas isso não implicou no fechamento da escola mantida pela prefeitura do Acará, tampouco garantiu a criação de uma escola pela prefeitura de Belém.

Cumprase aludir que esse não é o único estabelecimento de ensino que atende às crianças dessa ilha, durante o período escolar, visto que elas também estudam em escolas nas ilhas do Combu e Ilha Grande. Sendo que, nessa última, oferta-se educação do 6º ao 9º ano. Nesse contexto, ressalta-se que, apesar dessa realidade, as vagas ainda sejam insuficientes

para a demanda. Mantendo, assim, a condição de que, a partir do 6º ano, muitos alunos precisam sair da ilha Murutucu para escolas da região urbana de Belém.

Convém refletir que, outrora, provavelmente, não era perceptível para os alunos a diferença entre estudar em uma escola rural ou urbana. Todavia, com o advento da pandemia de Covid-19 (cujo ápice aconteceu entre 2020 e 2021) que levou ao fechamento das escolas, estudantes do mundo inteiro passaram a desenvolver seus estudos de forma remota, em casa. Tal condição aumentou as desigualdades em relação ao acesso à educação, ocasionando evasão e dificuldades de aprendizagem. Além disso, professores e alunos precisaram se reinventar para prosseguir com o processo de ensino e aprendizagem a distância, face a disposição de poucos recursos. Diante disso, o objetivo deste texto é analisar as implicações no processo de escolarização de alunos ribeirinhos da Ilha Murutucu, matriculados em escolas urbanas, em contexto remoto.

Metodologia

Para compreender de que maneira isso ocorreu, foi necessário um percurso metodológico com abordagem qualitativa que, de acordo com Minayo (2001), permite maior entendimento de processos e fenômenos que não podem ser compreendidos somente por dados quantificáveis, pois considera necessário que se desvele e interprete os sujeitos.

Destarte, foram utilizados dados primários e secundários para a realização desta pesquisa. Os dados primários, segundo Marconi & Lakatos (1990), são aqueles em que o próprio pesquisador produz as informações através de instrumentos próprios; enquanto os secundários advêm de fontes realizadas por outros pesquisadores. Como dados secundários, foram utilizados artigos, dissertações e trabalhos que se referem ao tema, para melhor fundamentar a pesquisa. Quanto aos dados primários, esses foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas junto a professores, gestores, pais/responsáveis e alunos.

Tendo em vista que os alunos, a quem este texto se refere, residem na Ilha Murutucu, nesse local foram feitas as entrevistas com os pais e alguns alunos. Na oportunidade, conheceram-se a casa e, os recursos que possuíam, bem como todo o trajeto para chegar à escola diariamente. Nesse mister, colocou-se a ilha como o lócus desse estudo, ao se atribuir mais ênfase ao local e aos principais sujeitos dessa pesquisa: os estudantes ribeirinhos da Ilha Murutucu.

Processos de escolarização na educação ribeirinha: reflexões sobre a realidade do ensino remoto de alunos residentes na ilha Murutucu no município de Belém do Pará

Este trabalho foi dividido em etapas, assim distribuídas: na primeira etapa, foi feito um levantamento bibliográfico, constituído a partir de pesquisas, a fim de verificar ações e abordagens referentes ao tema, fortalecendo os aspectos teóricos e a construção do roteiro da entrevista a ser aplicada aos sujeitos.

Na segunda etapa, foram coletados dados, por meio de entrevistas semiestruturadas que, de acordo com Gil (2017), permitem a elaboração de novas perguntas durante o processo. Dessa maneira, são pré-estabelecidas questões centrais, mas se possibilita a abertura a novos temas que, porventura, venham a surgir.

A terceira etapa consistiu na sistematização dos dados obtidos durante as entrevistas. Por fim, houve uma análise interpretativa, buscando averiguar os pontos que mais influenciam no processo de escolarização desses educandos.

A abordagem desse trabalho se propôs a analisar os processos de escolarização no contexto do ensino remoto. Buscou-se identificar os desafios, a visão das escolas em relação a esses alunos e a relação entre família e escola.

Esta pesquisa desenvolveu-se a partir da perspectiva do estudo de caso, por ser considerado por Godoy como “[...] estratégia preferida quando os pesquisadores procuram responder às questões “como” e “por que” [...]”. Ainda segundo a autora, “O estudo de caso se caracteriza como um tipo de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente. Visa ao exame detalhado de um ambiente, de um simples sujeito ou de uma situação em particular” (Godoy, 1995, p. 25).

Nessa perspectiva, os alunos desta pesquisa são de três escolas diferentes. Sendo aqui figurativamente denominadas de Rio Guamá, Rio Bijogó e Furo da Paciência. A primeira está localizada no bairro da Condor, a segunda no bairro da Terra Firme e a terceira no bairro do Guamá. As entrevistas foram feitas presencialmente, em cada escola, pois nesse período (setembro de 2021 a janeiro de 2022), o ensino presencial já havia sido retomado. Para organizar as pessoas entrevistadas nesta pesquisa, sem divulgar seus respectivos nomes, elegeu-se que os alunos seriam tratados por números, os familiares por letras e os funcionários das escolas, de acordo com seus respectivos cargos. Ao todo, foram entrevistados 07 estudantes, 5 pais/responsáveis, 3 gestores e 2 professores. Esses sujeitos foram escolhidos por corresponderem ao público-alvo da pesquisa.

Resultados e discussões

A organização dos resultados desta pesquisa foi construída a partir das entrevistas, as quais foram analisadas a partir das discussões realizadas neste tópico, embasadas com teóricos que discutem a educação do campo, o ensino remoto e o acesso a recursos tecnológicos pelos jovens da ilha Murutucu.

Bem antes da pandemia de covid-19, Igreja (2016) registrou em sua dissertação “Tecnologia e Interações na Amazônia Paraense: um estudo com jovens da Ilha Murutucu – Belém/PA” que o uso de *smartphones* foi propagado na ilha, após a chegada da energia elétrica, em 2011. Apesar disso, as dificuldades para acesso à internet são uma realidade condicionada à ausência de recursos para custear um pacote de dados e à área de cobertura de telefonia. Então, para conseguirem se conectar, por vezes, era necessário ficarem imóveis em um determinado local, porque era o único ponto em que conseguiam um sinal de telefonia. Portanto, com esse estudo, já era possível constatar o quão desafiador seria o ensino remoto para esses estudantes.

Segundo Neves (2009), os ribeirinhos que vivem em área de várzea são policultores, pois a proximidade com os rios lhes permite viver da agricultura, pesca e extrativismo. Para se proteger das inundações periódicas dos rios, residem em casas de madeira, construídas em palafitas. Essas casas simples nos remetem a condição de baixo poder aquisitivo dessas famílias, o que influenciou, de fato, na aquisição de equipamentos tecnológicos, uma vez que possuem alto custo. Dessa forma, prejudicando a interação entre professores e alunos, o acesso às aulas e, conseqüentemente, o desenvolvimento da aprendizagem.

Outra condição identificada durante as pesquisas diz respeito à baixa escolaridade dos pais/responsáveis, o que impossibilitou que estes pudessem orientar os estudantes nas atividades escolares.

No decorrer desta pesquisa, foram entrevistados educando com idades entre 12 e 19 anos, que estavam cursando do 6º ano do ensino fundamental até o 2º ano do ensino médio. Foram entrevistados na presença dos pais/responsáveis, que também participaram. Dois desses alunos destacaram que já tinham dificuldades de aprendizagem e que isso foi intensificado durante o ensino remoto, por conta da impossibilidade de participação nas aulas via *Internet*. No entanto, não atribuíram esses obstáculos na aprendizagem à escola ou aos

professores, mas a eles mesmos. Fato concordado pela avó que estava presente na ocasião da entrevista.

Nessa situação, percebe-se que, ao concordarem que sucesso ou o fracasso é entendido como responsabilidade única do aluno, corrobora-se com os estudos de Lima & Souza (2020) ao discutirem que diversas pesquisas têm identificado essa ideia entre alunos e professores, sendo que os professores entendem que também é responsabilidade da família. Portanto, o progresso do aluno depende da ação conjunta entre ele, sua família e a escola. No entanto, “tem sido comum concepções advindas do senso comum de que se o aluno não vai bem na escola, isso se deve às suas limitações pessoais e ele é visto como alguém que não gosta de estudar, não consegue aprender ou não se esforça” (Lima; Souza, 2020, p. 4).

Na família desses jovens, as mães auxiliavam nas atividades, porém o trabalho as impedia de realizar um acompanhamento qualitativo nesse processo. Assim, infelizmente, a maioria deles acompanharam as aulas somente no começo da pandemia por não conseguirem custear um plano de internet. Desse modo, alguns entrevistados relataram que precisaram interromper os estudos, pois suas aulas eram divididas entre atividades remotas *online* e material impresso. Porém a falta de *internet* e recursos tecnológicos os impossibilitava de realizar as atividades e tirar as dúvidas com os professores. Quanto ao material impresso, que deveria ser buscado e entregue à escola uma vez por semana, era realizado apenas uma vez no mês, por conta da indisponibilidade da mãe para buscá-los. Ademais, uma avó não os considerava suficientes para que os estudantes pudessem estudar sozinhos, visto que não eram de fácil compreensão e ela não conseguia ajudá-los por conta da sua pouca escolaridade (cursou até a antiga 4ª série, atual 5º ano).

Esses relatos resumem o quanto o ensino remoto foi desafiador para os alunos do campo. Fato que corrobora com a afirmação de Ferreira (2021):

Atualmente, ao vivenciarmos os tempos pandêmicos causados pelo vírus da COVID-19, a educação como um todo sofreu e vem sofrendo novos e grandes desafios, porém quando se trata de uma educação pensada para o campo a situação fica ainda mais frágil, devido a esse descaso histórico que essa educação enfrenta. Os problemas que surgem nesse contexto são muitos, e vão desde a falta de condições básicas para o desenvolvimento de uma aprendizagem efetiva, até falta de instrumentos para desenvolvimento de aulas remotas, pois, muitas pessoas que vivem no campo infelizmente ainda não possuem acesso às condições básicas para o desenvolvimento desse ensino, como por exemplo, internet de qualidade e celular/computador ou outro instrumento tecnológico (Ferreira, 2021, p. 10).

Sobre essas condições básicas, todos os estudantes mencionaram a falta frequente de energia elétrica como o elemento que mais dificultou o acompanhamento das atividades que, atreladas à falta de organização da escola para atender às necessidades dos alunos ribeirinhos, criou uma situação complexa de acesso e permanência. Nesse contexto, ao notarem a inviabilidade de participações em aulas virtuais, recorreram às transmissões pela tv aberta como forma de dar prosseguimento nos estudos. Contudo, essas aulas eram frequentemente interrompidas pelas oscilações e falta de energia elétrica que persistiam por vários dias. Diante disso, uma das entrevistadas (19 anos) relatou que decidiu parar os estudos e retornar somente com o restabelecimento do ensino presencial.

O ensino remoto no contexto da pandemia dependia, quase que exclusivamente, da *internet*. Ressalta-se, inclusive, que os programas governamentais focaram na distribuição de chips com *internet*, por conta dessa necessidade de ensino a distância. Todavia, para o aluno do campo, que vive em um contexto onde a conexão é ruim e até inexistente, esses chips não tiveram utilidade. Face o exposto, a falta de outras alternativas para o ensino, no contexto pandêmico, fortaleceram as desigualdades sociais. Nesse sentido, Munarim *et al.* (2011, p. 12) explicam que “grande parte dos projetos de “inclusão digital” voltados às escolas do campo só começam a sair do papel após as experiências já feitas na cidade. [...] pois historicamente o campo não foi lugar de políticas públicas que privilegiassem direitos básicos do ser humano”. Desse modo, muitos educandos tiveram seu direito à educação violado e recursos públicos foram desperdiçados, quando não contemplaram a finalidade de melhorar a qualidade do processo de ensino e aprendizagem.

Cumprase aludir que apenas exceções conseguiram ter êxito, nesse contexto de ensino. Posto isso, nesta pesquisa identificou-se um estudante que relatou uma experiência positiva na sua trajetória escolar durante o ensino remoto. Esse aluno possui 12 anos de idade e cursa o 6º ano do ensino fundamental na escola Rio Guamá. Ele informou acerca do seu bom desempenho escolar. Realidade confirmada por sua mãe, pois todos os dias ela o acompanhava com as tarefas. Sua genitora, que possui ensino médio incompleto, durante a pandemia, foi à escola buscar as atividades, rigorosamente, toda semana. Desta maneira, ele conseguiu executar todas as tarefas nesse período. Ainda que o sinal de *internet* seja muito ruim e a falta de energia seja frequente, ele conseguia acompanhar as vídeo aulas, porque não eram *online*, mas gravadas. Assim, ele as assistia quando conseguia baixá-las.

Sobre essa conjuntura, Oliveira, Peres & Azevedo (2021) escreveram sobre a importância da colaboração entre família e escola no desenvolvimento do aluno, durante a pandemia de covid-19. Entendem que a família e a escola são instituições que tem a “corresponsabilidade pela formação cognitiva, afetiva, social e da personalidade das crianças e adolescentes” (Oliveira; Peres; Azevedo, 2021, p. 73). No entanto, destacam as dificuldades enfrentadas pelas famílias para proporcionar suporte de aprendizagem adequados aos alunos, apresentando questões semelhantes às citadas neste texto, como a falta de recursos tecnológicos, falta de tempo, pouca escolaridade, dentre outras.

No caso específico desse aluno moram com ele, além de sua mãe, seu pai e sua irmã. Dos quais, apenas a sua mãe não concluiu o ensino médio. Os demais concluíram. Como se trata de um aluno que está no 6º ano do ensino fundamental e as pessoas que residem com ele possuem mais escolaridade, foi possível lhes recorrer para sanar suas dúvidas.

A partir desse exemplo, pode-se perceber o quanto a participação e a escolaridade da família têm relevância no desenvolvimento da aprendizagem do educando. Sobre isso, Oliveira *et al.* (2017, p. 36) afirmam que “quando a família atua em parceria com a escola a aprendizagem flui com mais amplitude, a criança sente-se estimulada e consegue assimilar os conhecimentos com facilidade, pois a família acaba reforçando e contribuindo para a consolidação dessa aprendizagem”.

Nesse mister, a mãe desse aluno comentou que o acesso do educando à *internet* foi possibilitado graças ao recurso financeiro do programa Bolsa Família, que era utilizado para custear um pacote de dados. Destacou, ainda, que sem o benefício não teria sido possível assistir à nenhuma videoaula.

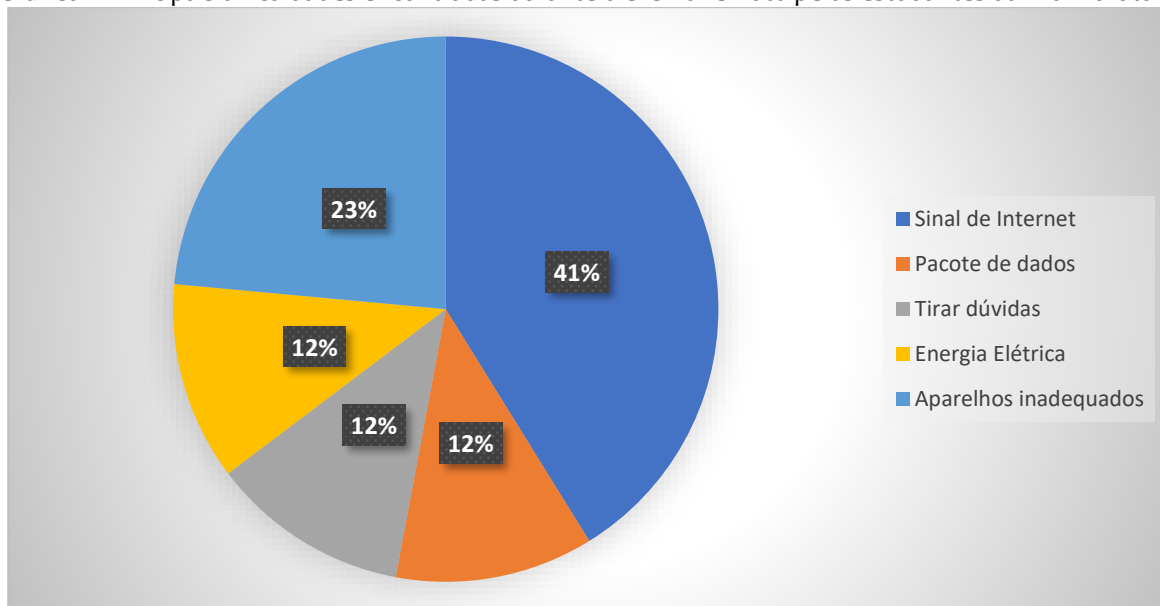
Urge-se reportar que o Programa Bolsa Família, para além da redução da extrema pobreza, tem exatamente a finalidade de ampliar o acesso a serviços públicos que representam direitos básicos nas áreas de saúde, educação e assistência social. Segundo Paiva *et al.* (2020) os estudos sobre esse programa indicam que ele é o que mais contribui para a redução das desigualdades. Por conseguinte, apresentaram e comprovaram a possibilidade de adequações ao programa, tanto na questão da ampliação da quantidade de famílias atendidas quanto na ampliação do valor do benefício, como forma de proporcionar mais dignidade aos mais necessitados durante a pandemia. Inclusive, foi o ajuste no valor do

programa que possibilitou o investimento em um pacote de dados de internet, conforme informado pela mãe desse aluno.

Conquanto o fato supracitado tenha sido uma experiência positiva, parece que se trata de um caso isolado diante das dificuldades que envolvem o processo de escolarização dos ribeirinhos durante o ensino remoto. Como comprovação, informa-se que outros três alunos entrevistados - com idades entre 11 e 12 anos, cursando o 6º ano do ensino fundamental na Escola Rio Bijogó, localizada no bairro da Terra Firme – mesmo estudando na mesma escola do entrevistado acima citado, relataram uma situação diferente. Isso porque dois deles não conseguiram acompanhar as aulas *online*, durante o período da pandemia, principalmente por não possuírem aparelho celular, já que este era o principal meio de envio das atividades. Enquanto o terceiro mesmo possuindo celular, tinha dificuldades ora com a conexão, ora com o pacote de dados, que era insuficiente para o acompanhamento das atividades. Convém apontar que, em determinado momento, a escola substituiu a ferramenta por material impresso e livro didático. Entretanto, em caso de dúvidas, não era possível contato com os professores. Nesse cenário, os alunos não tinham a quem recorrer para auxiliá-los, já que suas famílias possuem pouca escolaridade, logo não conseguiam orientá-los.

Assim, observa-se que no que se refere às aulas remotas, as principais dificuldades encontradas pelos alunos das escolas, aqui analisadas, foram: sinal de *internet*, pacote de dados, dificuldade para tirar dúvidas, energia elétrica e falta recursos tecnológicos.

Gráfico 1: Principais dificuldades encontradas durante o ensino remoto pelos estudantes da ilha Murutucu



Fonte: as autoras, 2022.

Essas complexidades também são vistas em outras regiões ribeirinhas, como na região do Rio Negro, no Estado do Amazonas, verificado pela pesquisa de Santos *et al.* (2021), que mostrou baixo número de discentes com acesso à *internet*. Esse estudo, da mesma forma, apresentou que a maioria dos alunos não tiveram aprendizagem dos assuntos presentes no material impresso disponibilizado. Nessa pesquisa, os autores sobreditos destacam que os alunos, que conseguiram acessar às aulas *online*, foram aqueles que moravam em comunidades e eram trabalhadores nas casas em locais privilegiados, com recursos de *internet* na propriedade dos patrões. O que denota a desigualdade social e tecnológica vigente na região.

Os problemas identificados, deste modo, são de caráter essencialmente estrutural e econômico tanto da região quanto das famílias. Enfatiza-se que a maioria das aulas necessitavam de *internet* adequada ou, ainda, careciam do deslocamento para alcance de material. Em ambas as situações, havia dificuldade crescente para tirar dúvidas, como apontado anteriormente. Nesse sentido, Reis e Leal (2021, p. 10378) afirmam que seria necessária uma parceria entre as escolas e a família “tentando suprir com criatividade as limitações estruturais da escola e/ou familiares que por vezes são precárias, com a finalidade de reduzir os impactos da falta da rotina escolar na vida dos alunos”. Conjuntamente, seria necessário um aperfeiçoamento de políticas públicas em infraestrutura para melhorar o acesso à *internet* e às tecnologias digitais pelos governos atuantes.

Nessa circunstância, seria fundamental que os professores e a gestão das escolas conhecessem a realidade dos estudantes ribeirinhos, pois assim certamente desenvolveriam uma proposta mais adequada a essas especificidades. Sendo que isso seria possível somente com a escola presente na ilha Murutucu ou em comunidades adjacentes.

O papel dos gestores e docentes nas relações com os educandos ribeirinhos e suas famílias

A escola existe para o estudante. Portanto, ele deve ser o “centro de atenção máxima da escola” (Lück, 2013, p. 63). Nesse sentido, Da Silva e Ferreira (2014) argumentam que essa instituição possui extrema relevância social, pois cabe a ela o papel de preparar os educandos moral e intelectualmente, além de proporcionar a inserção social, pelo fato de ser um espaço socialmente muito importante, depois do âmbito familiar, por ser frequentado por diversos indivíduos.

De Sousa e Filho (2008, p. 03) afirmam que “a família atua como o primeiro e mais importante agente socializador” e, com ela, desenvolvem padrões de socialização que vão refletir na vida escolar. Nesse universo, compreende-se que família e escola devem trabalhar em conjunto, desde o início do processo de escolarização. Sendo assim, o papel dos gestores e docentes deve estar atrelado ao desenvolvimento do educando, uma vez que ele “deve ser visto como o fim precípua da educação; para ele existe a escola e, portanto, para a promoção do seu desenvolvimento devem convergir, direta ou indiretamente, todas as ações” (Lück, 2013, p. 31).

Uma das atribuições mais importantes dos gestores e professores consiste em promover ações que permitam a integração da comunidade e a permanência dos alunos na escola. Contudo para que isso aconteça, é importante o envolvimento de toda a comunidade, incluindo sociedade, família e corpo docente nessas ações. Portanto, com a finalidade de compreender o papel de gestores e professores na relação entre a escola, o aluno e a família, foram elaboradas entrevistas direcionadas aos sujeitos supramencionados, visando identificar suas participações no processo de escolarização, suas práticas e possíveis ações direcionadas aos estudantes ribeirinhos e suas famílias, durante o ensino remoto.

O trabalho na gestão escolar, para ser organizado e produtivo, precisa da colaboração coletiva na elaboração do planejamento, visando que seja contemplada toda a diversidade de situações existentes nesse contexto.

À luz de Libâneo (2013), entende-se que para a elaboração do planejamento é necessário conhecer os sujeitos e as circunstâncias que envolvem a escola. Sendo assim, o planejamento precisa abranger todos os sujeitos envolvidos na comunidade escolar. É a partir dele que se inicia a organização da relação com os educandos e seus familiares. Na construção do planejamento, é necessária a participação de todos os sujeitos da escola. Nesse sentido, é fundamental que o quadro de profissionais esteja completo. Cada profissional no ambiente escolar possui um papel, e todos são muito importantes para os alunos. A falta de um desses membros pode representar dificuldades no funcionamento da escola.

No decorrer desta pesquisa, identificou-se, por exemplo, uma escola funcionando sem direção ou coordenação pedagógica, pois a diretora havia sido exonerada do cargo e a coordenadora pediu exoneração e, até o momento da entrevista (janeiro de 2022), não haviam sido nomeados substitutos. Segundo Gondim (2020), a equipe gestora da escola é

composta por diretor, coordenador e secretário escolar. Relevante informar que a escola Rio Guamá está com ausência de alguns profissionais de gestão, por isso foram entrevistados a secretária escolar, figurativamente identificada neste trabalho como ‘direção 1’, que estava na condição de gestora interina, mediante a afirmativa de que todas as ações desenvolvidas na escola são determinadas pela SEDUC, sem adequação às especificidades da escola.

Questionada quanto ao acolhimento dos alunos ribeirinhos, ela afirmou ser feita de forma igualitária. Essa afirmação possibilita a interpretação de que a falta de formação para trabalhar com os alunos ribeirinhos, leva ao exercício do senso comum de que todos são iguais. Então, todos serão tratados igualmente, embora seja a equidade a responsável pela garantia de qualidade.

Os seres humanos são diferentes uns dos outros, vivem e aprendem de maneira diferente. “É preciso conhecer a clientela para utilizar técnicas de acordo com a realidade interna e externa do sujeito” (Sant’anna, 2014, p. 23), para evitar a concepção de que o estudante com dificuldades de aprendizagem, não está aprendendo por conta de falta de dedicação. Portanto, o ensino não deve acontecer de forma igualitária, mas adaptada à necessidade do educando para que se obtenha a aprendizagem.

No que se refere ao relacionamento com os pais/responsáveis, ela destacou que nas reuniões os pais dos alunos da ilha Murutucu são os que mais participam destes encontros. Contudo, para haver relacionamento é fundamental que exista um contato frequente, para além das reuniões semestrais. Já no que tange ao acompanhamento pedagógico, afirmou que ocorre em sala de aula e na coordenação, especificamente com algum aluno que necessite, mas não soube especificar de que forma e lembrou que, naquela ocasião, devido à falta de coordenador pedagógico, esta ação não tem sido executada.

No aspecto do ensino remoto, afirmou que não foi possível oferecer recursos aos alunos ribeirinhos que possibilitasse o acompanhamento das aulas de forma remota, pois e não terem sido fornecidos para a escola. Destacou ainda que não foram realizadas ações motivacionais e atrativas para participação das aulas remotas e que “por falta de acesso dos alunos, as atividades remotas, na maioria das vezes, foram desenvolvidas por material impresso” (DIREÇÃO 1). Diante disso, foi questionada acerca da evasão escolar. Afirmou não ter informações acerca deste tópico, já que não há como acompanhar. Ainda que Ceará (2005, p. 16) defina como responsabilidade da secretaria, dentre outras coisas, o registro da vida

escolar do aluno. Portanto, ela, enquanto secretária, deveria ter essas informações, mas a sobrecarga de trabalho tem impedido a realização de tarefas essenciais como esta.

As pesquisas com a gestão e professores foram aplicados no início do retorno remoto. Nessa investigação, a direção 01 relatou que a escola estava realizando contato por meio de mensagens de texto, com as famílias para favorecer o retorno dos alunos oriundos da ilha Murutucu.

Em entrevista, a professora 01 relatou sobre a evasão escolar, descreveu este fato como um problema social e crescente, que compromete o desenvolvimento da educação. Esclareceu que ocorre quando os alunos deixam a escola, influenciados por problemas internos ou externos, capazes de desestimulá-los. Advertiu, ainda que essa ocorrência afeta diretamente a gestão e a docência. Contudo “a escola vai buscar os motivos e tentar fazer que ele [o estudante] retorne” (PROFESSORA 01).

No aspecto pedagógico, a professora disponibilizou, durante a pandemia, materiais didáticos impressos, produzidos por ela, aos alunos e criou um grupo no aplicativo de mensagens *WhatsApp* para servir de Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), na tentativa de atender a todos os alunos, uma vez que atualmente este aplicativo é utilizado em larga escala. Portanto, possui “grande potencial para ser utilizado no âmbito educacional, pois possibilita o compartilhamento de informações por meio de voz, imagens e vídeos entre os seus usuários. Além disso, permite a criação de grupos, a realização de *backup* dos conteúdos compartilhados” (Cesana; Durães; Cardoso, 2022, p. 11). Em vista disso, possui ferramentas que propiciam uma experiência de ensino mais acessível. Mesmo com esse recurso, relatou que houve evasão de alunos ribeirinhos por conta das dificuldades de participação das atividades, como também por outros motivos, dentre eles, a gravidez na adolescência.

Na escola rio Bijogó, a diretora 02 relata que, previsivelmente, a evasão dos alunos ocorria nos períodos das safras de açaí, “pois eles trabalham para ajudar na renda da família” (DIRETORA 02). Ou seja, geralmente ocorria nos meses de junho a novembro. Já no contexto da pandemia de covid-19, houve um aumento da evasão escolar desses alunos, tendo em vista aos problemas financeiros das famílias. Para superar essa questão da evasão, a escola utilizou-se do incentivo dos programas sociais oferecidos pelo Governo e bonificação de pontos extras pela entrega das atividades. Estratégias adotadas para incentivar a realização das tarefas, configurando-se como uma expertise inerente à prática educativa para garantir a

aprendizagem. Freire (2018) discute alguns saberes necessários a essa prática, os quais abordam sobre a necessidade de que um professor possui para se reinventar e criar condições de aprendizagem, pois “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua produção ou a sua construção. (...) quem forma se forma e re-forma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado” (Freire 2018, p. 24-25).

Por conseguinte, o ensino remoto desta instituição foi desenvolvido utilizando somente atividades impressas disponibilizadas mensalmente e entregues na escola aos responsáveis. Isso ocorreu em virtude da impossibilidade de acesso à internet por parte dos alunos. Com essa realidade, os problemas, novamente, apresentam-se decorrentes do caráter estrutural e econômico da região, assim como das famílias. No entanto, a escola em questão levou este fator em consideração ao utilizar somente materiais impressos disponibilizados mensalmente, não optando pelo uso de ambientes virtuais de aprendizagem. Nesse sentido, quando se trata do papel do educador na educação, nesse período pandêmico, e principalmente no seu fazer docente na região ribeirinha, Reis e Leal (2021) apontam que o educador assume um papel que vai para além do ser professor, mas um líder educacional, pelo aspecto da reinvenção do seu fazer docente.

Os autores afirmam que esse processo

Não é uma tarefa fácil e precisa estar alinhada com todo o corpo docente para que possa chegar ao aluno que é a finalidade de maneira de eficaz. Claro que os pais necessitam estar cientes que todos foram pegos de surpresa com o fechamento das escolas, algo que não estava no planejamento anual, e precisam também colaborar para que esta ação conjunta obtenha resultados (Reis; Leal, 2021, p. 10377).

Contudo, é importante mencionar que essa possibilidade de reinvenção não foi ocorreu de forma efetiva nas atividades desenvolvidas pelos docentes e pela coordenação da escola, ao apontarem que não foi possível realizar inúmeras ações por conta da falta de infraestrutura. Logo, para que haja essa reinvenção do fazer docente, esses profissionais não podem contar apenas com sua boa vontade, mas também precisam ter condições de trabalho oferecido pelos órgãos que administram as instituições de ensino.

Ao longo das entrevistas, a gestão afirmou que os pais dos alunos ribeirinhos são os mais presentes, por isso é importante levar em consideração suas falas e anseios, sendo relevante que todos estejam envolvidos no processo, pois como aborda Alencar e Costa (2021) o currículo educacional deve fazer a relação entre os conteúdos educacionais e a

cidadania, apontando reais múltiplas, mas também fazendo refletir sobre sua própria região, mesmo em um local fora da sua realidade, como uma escola fora da região ribeirinha.

Outro fator a se destacar reside na participação dos pais e responsáveis que, muitas vezes, já sofrem as consequências do processo educacional e podem não se compreender como membros partícipes do processo curricular e escolar dos filhos, no sentido de perceber a necessidade de quando a escola precisa estabelecer ações mais específicas, ou mesmo, exigir junto à escola uma melhoria de investimento e atendimento educacional.

De acordo com as entrevistas, os pais/responsáveis atrelaram a sua participação na vida escolar das crianças de acordo com a sua escolaridade. Posto isso, constatou-se que a maioria possui apenas o ensino fundamental incompleto e instrução inferior aos referidos alunos. Tendo em vista que dos 5 (cinco) responsáveis entrevistados nesta pesquisa, 3 (três) possuem o ensino fundamental incompleto e 2 (dois), o ensino médio incompleto. Dos que cursaram somente o ensino fundamental, três cursaram somente até a antiga 4ª série (atual 5º ano/9), sendo que os alunos entrevistados estão cursando a partir do 6º ano do ensino fundamental.

Entre os relatos de pais/responsáveis e alunos, as dificuldades encontradas no uso de material impresso, durante o ensino remoto, ocorreram por conta das dúvidas que não eram sanadas quando o aluno não tinha acesso à internet para entrar em contato com o professor ou consultar em sites. Ademais, não encontravam pessoas, no ambiente em que residiam, que pudessem dar esse suporte justamente por conta da baixa escolaridade. Essa situação contribuiu com o não cumprimento de algumas tarefas escolares e com a evasão escolar.

É nesse sentido que a escola, para alunos do campo, precisa estar inserida no campo, para superar desigualdades sociais e educacionais. Caldart (2003) afirma que a escola do campo não é diferente das outras, mas ela é fundamental para o reconhecimento e fortalecimento dos povos do campo, enquanto sujeitos sociais capazes de “ajudar no processo de humanização do conjunto da sociedade, com suas lutas, sua história, seu trabalho, seus saberes, sua cultura, seu jeito. Também pelos desafios da sua relação com o conjunto da sociedade” (Caldart, 2003, p. 66). E conclui que “a escola não move o campo, mas o campo não se move sem a escola” (Caldart, 2003, p. 64).

À vista disso, a escola tem a capacidade de transformar o campo ao desenvolver uma educação relevante às suas realidades, além de fortalecer a identidade cultural, vínculos

comunitários e contribuir com o desenvolvimento da comunidade. Desse modo, se esses alunos da ilha estudassem em uma escola dentro de sua comunidade, também enfrentariam dificuldades durante a pandemia. Mas certamente poderia ser criado algum tipo de suporte que possibilitasse um contato com o professor, para lhes proporcionar mais dignidade de aprendizagem.

Referências

ALENCAR, Danielle Golvim da Silva; COSTA, Francimara Souza da. Resiliência pedagógica: escolas ribeirinhas frente às variações de seca e cheia do Rio Amazonas. **Educação e Pesquisa**, v. 47, e230347, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202147230347>. Acesso em: 16 jan. 2022

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A educação como cultura**. Campinas: Mercado das Letras, 2002.

CALDART, Roseli Salete. A escola do campo em movimento, **Currículo sem fronteiras**, v.3, n1, p. 60-81, 2003. Disponível em: http://bibliotecadigital.conevyt.org.mx/colecciones/documentos/Catedra_Andres_Bello/Ago%202007/Lecturas/escuela_del_campo.pdf. Acesso em: 20 jan. 2022.

CARMO, Eraldo de Souza do. **Entre maresias e correntezas**: as frotas de alunos ribeirinhos na Amazônia pelo direito à educação. 1. ed. Curitiba: Appris, 2020.

CEARÁ. **Manual do secretário escolar** - Secretaria da Educação Básica do Ceará – Fortaleza: SEDUC, 2005. Disponível em: <https://www.cee.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/49/2018/06/manual-do-secretrio.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2022.

CESANA, Vanessa Bayerl; DURÃES, Fernando Dalbó; CARDOSO, Valdinei Cezar. Investigações sobre o whatsapp nos processos de ensino e de aprendizagem: refletindo sobre o uso das tecnologias digitais durante a pandemia da COVID-19. **Rev. Kiri-kerê: Pesquisa em Ensino**, n.12, jul. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/kirikere/article/view/37087/25249>. Acesso em: 3 jul. 2024.

CUNHA, Marcos Pinto da. **Mobilidade espacial da população**: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo. Campinas: Núcleo de Estudos de População- Nepo/Unicamp; 2011. 184p.

DA SILVA, Luis Gustavo Moreira; FERREIRA, Tarcísio José. O papel da escola e suas demandas sociais. **Projeção e docência**, v. 5, n. 2, p. 06-23, 2014. Disponível em: <http://revista.faculdadeprojecao.edu.br/index.php/Projecao3/article/view/415>. Acesso em: 19 abr. 2022.

SOUSA, Ana Paula de; JOSÉ FILHO, Mário. A importância da parceria entre família e escola no desenvolvimento educacional. **Revista Ibero-americana de Educación**, v. 44, n. 7, p. 1-8, 2008. Disponível em: <https://rieoei.org/RIE/article/view/2172>. Acesso em: 17 abr. 2022.

FERREIRA, Carol Monteiro. **Os processos de aprendizagem nas escolas do campo no ensino remoto em tempos pandêmicos da Covid-19**. 2021. 47 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) Coordenação do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Campus Agreste da Universidade Federal de Pernambuco, 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa** - 56a ed. - Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2017.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de administração de empresas**, São Paulo, v.35, n.3, p. 20-29. mai./jun. 1995. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=ptBR&as_sdt=0%2C5&q=GODOY%2C+Arilda+Schmidt.+Pesquisa+qualitativa%3A+tipos+fundamentais.+&btnG=#d=gs_qabs&t=1668968196157&u=%23p%3DjTHBThQC6GQJ. Acesso em: 30 jun. 2020

GONDIM, Terezinha de Jesus Peres. Reflexão sobre o trabalho desempenhado pelo secretário escolar na gestão educacional: perspectivas gerenciais aplicadas em ambientes escolares. In: VI Congresso Nacional de Educação, 4. **Anais [...]** Campina Grande: Realize Editora, 2020. p. 3527-3543. 2020. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/65596>. Acesso em: 20 abr. 2022.

IGREJA, Monique Feio. **Tecnologia e interações na Amazônia paraense: um estudo com jovens da ilha de Murutucu** – Belém/PA. 2016. 170 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Letras e Comunicação, Belém, 2016.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática** - 2.ed. -São Paulo: Cortez, 2013.

LIMA, Tamara de; SOUZA, Leandro Aparecido de. O fracasso escolar à luz da teoria histórico-cultural: reflexões acerca da culpabilização do aluno. **Colloquium Humanarum**, Presidente Prudente, v. 17, p.137-150, jan/dez, 2020. Disponível em: <https://journal.unoeste.br/index.php/ch/article/view/3486/3018>. Acesso em: 18 abr. 2022.

LÜCK, Heloísa. **Ação Integrada: Administração, supervisão e orientação educacional**. 29. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

LÜCK, Heloísa. **Liderança em gestão escolar**. 9. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. - (Série Cadernos de Gestão) 4ª reimpressão, 2020.

MACHADO, Luane Cristina Tractz. Da educação rural à educação do campo: conceituação e problematização. In: Congresso Nacional de Educação, 13., 2017, **Anais [...]**, Curitiba:

Processos de escolarização na educação ribeirinha: reflexões sobre a realidade do ensino remoto de alunos residentes na ilha Murutucu no município de Belém do Pará

Fundação Carlos Chagas, 2017. Disponível:

https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/25113_12116.pdf. Acesso em: 03 abr. 2022.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1990.

MUNARIM, Iracema; GIRARDELLO, Gilka; MUNARIM, Antonio. Educação do campo e políticas públicas para “inclusão digital” em escolas do campo do Brasil. In: Reunião Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação em Educação, 37., **Anais [...]**, Florianópolis: ANPED, 2015. Disponível em: <https://anped.org.br/biblioteca/educacao-do-campo-e-politicas-publicas-para-inclusao-digital-em-escolas-do-campo-do-brasil>. Acesso em: 18 abr. 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa Social teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NEVES, Delma Pessanha. Os ribeirinhos-agricultores de várzea: formas de enquadramento institucional. **Novos Cadernos NAEA**, v. 12, n. 1, 2009.

OLIVEIRA, Cláudia Patrícia de; PERES, Jussânia Oliveira; AZEVEDO, Gilson Xavier de. Parceria entre escola e família no desenvolvimento do aluno durante a pandemia de covid19. **Revista de Estudos em educação**, v. 7, n. 1, p. 70 – 86, 2021. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/reeduc/article/view/11556>. Acesso em: 06 jul. 2024.

OLIVEIRA, Izabel Lúcia dos Santos; BRAGA, Andreлина Pães; PRADO, Cleidia Maria Nogueira. Participação da família no desenvolvimento da aprendizagem da criança. **Estação Científica**, Macapá, v. 7, n. 2, p. 33-44, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/f67b/269e0446e0e490ba4doc6aa8cbb8f8151eb6.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2024.

PAIVA, Luis Henrique; SOUZA, Pedro H. G. F.; BARTHOLO, Letícia; SOARES, Sergei. Evitando a pandemia da pobreza: possibilidades para o programa Bolsa Família e para o Cadastro Único em resposta à COVID-19. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 4, p. 1097–1110, jul. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-761220200243>. Acesso em: 05 jul. 2024.

PIRES, Angela Monteiro. **Educação do campo como direito humano**. São Paulo: Cortez, 2012.

REIS, Juciele Santos dos. LEAL, Débora Araújo. A importância da democratização digital e seus reflexos na educação mediante a pandemia do covid-19. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, 2021. v.7, n.1, p.10371-10380. Disponível em: <https://bityli.com/UeNJK>. Acesso em: 16 jan. 2022.

SANT’ANNA, Ilha Martins. **Por que avaliar? Como avaliar?** Critérios e instrumentos. 17 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SANTOS, Larissa B. dos. BACKES, Luciana; GABRIEL, Naidi Carmen; FELICETTI, Vera Lucia. A realidade da educação ribeirinha no contexto da covid-19: saberes pedagógicos para a ação docente. **Revista Prâksis**, [S. l.], v. 3, p. 56–76, 2021. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistapraksis/article/view/2586>. Acesso em: 16 jan. 2022.

Sobre as autoras

Jamille Miranda do Nascimento

Licenciada em Pedagogia pelo Instituto Federal do Pará/IFPA e Especialista em Educação ambiental Crítica e Prática Pedagógica pela Universidade Federal do Pará/UFPA.

E-mail: jamillemiranda98@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3897-8798>

Maria Clara Pampolha de Carvalho

Licenciada em Pedagogia pelo Instituto Federal do Pará/IFPA e Tecnóloga em Gestão Pública pelo Instituto Federal do Pará/IFPA.

E-mail: clarapampolha684@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7524-9490>

Márcia Cristina Lopes e Silva

Pós Doutora em Pedagogia pela UNAM (Universidad Nacional Autónoma de México), Doutora em Educação pela UFC (Universidade Federal do Ceará), professora do IFPA, Campus Belém e líder de pesquisa do GPFOP (Grupo de Pesquisa em Formação de Professores, Saberes e Práticas Educativas da Amazônia Paraense).

E-mail: marcia.lopes@ifpa.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4864-1256>

Recebido em: 02/03/2025

Aceito para publicação em: 11/04/2025